

Vítimas de um escândalo político

BC decreta a falência das cooperativas usadas por Ignácio e quase duas mil pessoas têm de amargar o prejuízo

LÚCIA GARCIA E RADANEZI AMORIM

Há pouco mais de dois anos, em julho de 2001, quase duas mil pessoas com dinheiro investido em duas cooperativas de crédito do Estado foram surpreendidas com um escândalo: seus economias haviam sido desviadas para a conta de um "caixa" de campanha do ex-governador José Ignácio, o empresário Raimundo Benedito de Souza Filho. Bené, como ficou mais conhecido, distribuiu 1,8 mil cheques.

As cooperativas - Cooperativa de Crédito dos Trabalhadores em Empresas Privadas de Telecomunicações (Creditel) e da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da Escola Técnica Federal (Coopetfes) - entraram em processo de liquidação e, na última terça-feira, após uma intensa análise, o Banco Central decretou a falência das duas instituições financeiras.

Entre os cooperados há vários casos de graves dificuldades financeiras. Muitos foram obrigados a cancelar planos de saúde, tirar filhos de colégios particulares, adiar cirurgias e solução para problemas graves de saúde. Outros perderam a moradia por não terem mais como pagar as prestações e outras contas. Há casos de depressão.

Ainda não há conclusão se, com o processo de falência, esses investidores poderão ser ressarcidos do prejuízo de R\$ 32,5 milhões, provocado pelo uso político das cooperativas. Foi o que explicou o liquidante José Manoel de Araújo Filho.

"A situação de ambas cooperativas é de total insolvência, ou seja, não tem como pagar. Os bens das pessoas indicadas como responsáveis não são suficientes para cobrir a dívida. A falência não é a solução dos credores. Não há como buscar recursos de posse dos responsáveis", enfatizou Araújo Filho.

O liquidante relatou ainda

falência, no *Diário da Justiça*, para transferir o acervo das cooperativas ao síndico Orlando Guizzardi - credor da Creditel que levou um prejuízo de R\$ 670 mil. A falência deve ser publicada no início desta semana. No acervo consta toda a documentação, registros e patrimônio da Creditel e Coopetfes.

Vara

Todas as questões que envolvem falência são apreciadas pela Vara de Falência. "Ela é universal. É onde serão centralizados os processos envolvendo ambas cooperativas. Isso facilitará a solução das causas, permitindo mais rapidez na solução da quebra", assinalou Araújo Filho.

Ele reafirmou que não haverá chance de os credores receberem seus direitos. "Isso porque os patrimônios das cooperativas foram pulverizadas por motivos administrativos e políticos. Seu maior devedor é Bené, cujo débito se aproxima de R\$ 20 milhões. Ele teve seus bens arrestados e colocados à disposição da Justiça, mas seu valor é muito pequeno. Assim, os credores têm poucas chances de receber seus créditos", destacou o liquidante.

Síndico

Presidente da Associação dos Investidores em Cooperativa de Crédito - criada para tratar dos interesses das pessoas que tiveram seu capital retido nas cooperativas devido à fraude -, o síndico da falência, Orlando Guizzardi, complementou as afirmações do liquidante.

"Decretada a falência, o síndico interage na Justiça visando dar andamento rápido na apuração do ativo para destinar o que for possível aos credores. Mas do jeito que está não vai sobrar dinheiro", lamentou.

Ele, porém, destacou que há uma luz no fim do túnel. "Estamos na expectativa de receber a dívida do devedor principal: o Bené. Ele vai ter de devolver parte do crédito para a Creditel e Coopetfes. As pessoas poderão até reestruturar a vida de



Na mão

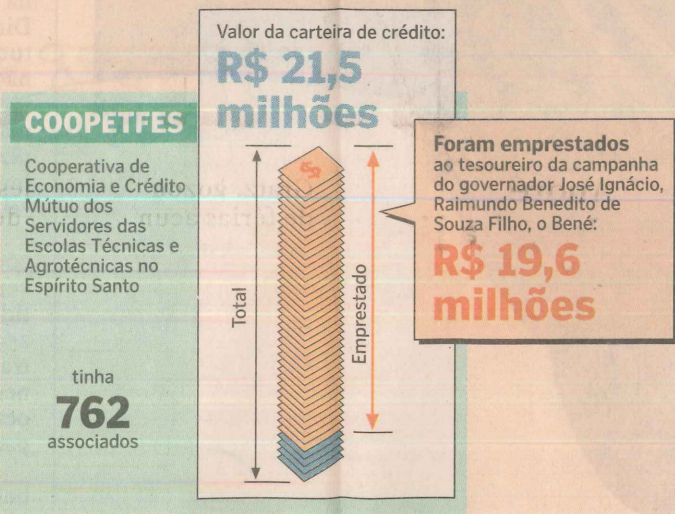
Aposentado da Telest, Roberto Azevedo, 60 anos, mostra os cheques devolvidos; ele teve prejuízo de R\$ 125 mil, enquanto Maria Lúcia Morini, 53 anos, está prestes a perder um apartamento em Vitória



Carlos Alberto da Silva

Herança triste após liquidação

O que aconteceu



Problemas, problemas e mais problemas. Essa é a herança que os cooperados da Cooperativa de Crédito dos Trabalhadores em Empresas Privadas de Telecomunicações (Creditel) e da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da Escola Técnica Federal (Coopetfes) adquiriram depois que o Banco Central (BC) liquidou, há dois anos, as cooperativas.

A Creditel e Coopetfes acabaram fechadas porque teriam sido usadas na campanha eleitoral do ex-governador José Ignácio Ferreira, em 1998. O rombo nas duas cooperativas juntas, segundo o BC, chegou a R\$ 32,5 milhões, e atingiu direta-

minha renda. Meu padrão de vida caiu", assinalou.

Depressão

Sentindo-se traída, Vera Grillo, 55 anos, perdeu R\$ 120 mil, em média. Ela tem um filho com problema psiquiátrico e passa por dificuldades financeiras. "Essas pessoas - os acusados de desviar o dinheiro das cooperativas - não sabem o que é uma mãe implorar cinco horas na fila para comprar um remédio. Tinha esperança de um futuro melhor para meu filho. Agora tenho ressentimento, mágoa. Estou sofrida, amargurada. Já perdi 12 quilos. Entrei em depressão. É uma dor muito grande o sentimento de trai-

com o processo de falência, esses investidores poderão ser ressarcidos do prejuízo de R\$ 32,5 milhões, provocado pelo uso político das cooperativas. Foi o que explicou o liquidante José Manoel de Araújo Filho.

“A situação de ambas cooperativas é de total insolvência, ou seja, não tem como pagar. Os bens das pessoas indicadas como responsáveis não são suficientes para cobrir a dívida. A falência não é a solução dos credores. Não há como buscar recursos de posse dos responsáveis”, enfatizou Araújo Filho.

O liquidante relatou ainda que aguarda a publicação da

que as pessoas responsáveis nas cooperativas devido à fraude -, o síndico da falência, Orlando Guizzardi, complementou as afirmações do liquidante.

“Decretada a falência, o síndico interage na Justiça visando dar andamento rápido na apuração do ativo para destinar o que for possível aos credores. Mas do jeito que está não vai sobrar dinheiro”, lamentou.

Ele, porém, destacou que há uma luz no fim do túnel. “Estamos na expectativa de receber a dívida do devedor principal: o Bené. Ele vai ter de devolver parte do crédito para a Creditel e Coopetfes. As pessoas poderão até reestruturar a vida de novo”, concluiu o síndico.

Cooperados tentam receber na Justiça

Os cooperados e investidores da Coopetfes e Creditel apresentaram ações conjuntas na Justiça contra o Banco Central (BC) e o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) para tentar obter o pagamento do que foi perdido com a quebra das cooperativas. As ações tramitam no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) e na Vara de Falências e Concorridas de Vitória.

Segundo o presidente da Associação dos Investidores em Cooperativas de Crédito (Ascoop), Orlando Guizzardi, o BC se omitiu no “assalto” à Creditel e à Coopetfes, pois é o gestor das atividades econômicas e deveria fiscalizar as cooperativas.

Ele lembrou que em 1999 o BC considerou a Creditel uma “cooperativa exemplar” e a autorizou a operar em todo país, o que aumentou o fluxo de investimentos. “Mas nessa época já havia desvios”, denunciou. Segundo Guizzardi, as diretorias das entidades eram aprovadas pelo BC. Ele relatou que ação está “praticamente parada”. “Havíamos apresentado antes uma ação popular para impedir a liquidação, mas foi negada”, contou.

Os associados das Ascoop também ajuizaram uma ação de indenização por dano material contra o Bancoob. Segundo Raphael Câmara, um dos advogados que acompanham o caso, o banco “emprestava” para as cooperativas sua imagem e fazia os cooperados acreditarem que eram clientes da instituição, quando, na verdade, tratavam

se de entidades diferentes.

“Houve publicidade enganosa. As pessoas achavam que investiam em um banco sólido”, acentuou Câmara. A ação pede a devolução corrigida dos valores aplicados nas cooperativas.

EX-GOVERNADOR

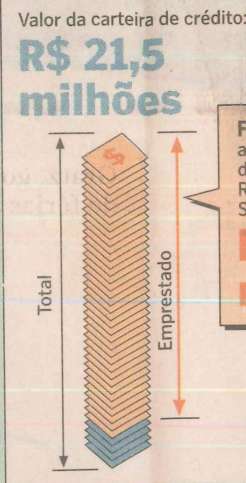
Ignácio responde a ações no STJ

O rombo na Cooperativa de Crédito dos Trabalhadores em Empresas Privadas de Telecomunicações (Creditel) e a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da Escola Técnica Federal (Coopetfes) também gerou ações penais no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, contra o ex-governador José Ignácio Ferreira. Elas foram protocoladas pelo Ministério Público Federal (MPF). Uma das ações levou a Justiça a decretar o bloqueio do bens de Ignácio e sua mulher, Maria Helena Ruy Ferreira. Na ação penal 249, eles - além de Raimundo Benedito de Souza Filho, o “Bené”, e Gentil Ruy -, são acusados de crimes contra a administração pública, no caso da Coopetfes, de onde Ignácio teria “desviado recursos públicos em seu proveito e dos denunciados tendo, para tanto, utilizado artifício de ocultar e dissimular a origem e a natureza dos recursos desviados”, conforme o MPF.

COOPETFES

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores das Escolas Técnicas e Agrotécnicas no Espírito Santo

tinha
762
associados



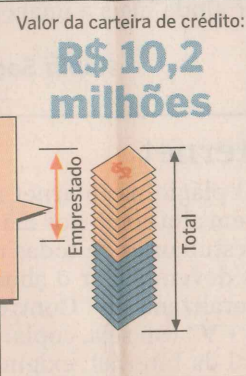
Foram emprestados ao tesoureiro da campanha do governador José Ignácio, Raimundo Benedito de Souza Filho, o Bené:

R\$ 19,6 milhões

CREDITEL

Cooperativa dos Servidores das Empresas de Telefonia do Espírito Santo

tinha
1.554
associados



Estavam emprestados a Coopetfes:
R\$ 5,7 milhões

O que foi investigado

O Ministério Público Federal foi quem pediu ao Banco Central a realização de auditorias na Cooperativa de Crédito dos Servidores da Escola Técnica (Coopetfes) e na Cooperativa de Crédito dos Servidores de Empresa de Telefonia (Creditel).

DOSSIÊ

A investigação foi motivada pela divulgação de um dossiê com a movimentação financeira de uma caixa dois da campanha eleitoral de José Ignácio ao Governo, em 1998. Trata-se de uma relação de 1,8 mil cheques que saíram da conta que o colaborador de campanha de Ignácio, Raimundo Benedito de Souza Filho, conhecido por Bené, mantinha na Coopetfes.

CHEQUES

Os cheques foram usados para pagamento das despesas da campanha, gastos posteriores ao pleito e para quitação de parcelas de 12 imóveis da família de Ignácio - a maioria apartamentos na Praia da Costa, em Vila Velha. Até abadás para o filho de Ignácio, José Renato, foram pagos com os cheques. Após a campanha, o saldo negativo dessa conta era de R\$ 4,8 milhões. A Coopetfes contraiu empréstimos junto a outra cooperativa, a Creditel, para poder conceder os repasses a Bené.

REPASSE DIRETO

Além dos cheques, a Coopetfes repassou diretamente para a conta de Ignácio, no Banestes, R\$ 500 mil, emprestados da Creditel. Na prestação de campanha de Ignácio, entretanto, a doação aparece em nome da empresa CEC Consultoria.

PORTAS FECHADAS

Segundo as investigações da Procuradoria, como a dívida da conta de campanha não foi paga, a Coopetfes e a Creditel ficaram sem liquidez e tiveram que fechar as portas. Mais de 14 mil pessoas, filiadas às cooperativas no Estado, acabaram sendo atingidas, direta ou indiretamente, pelo rombo.

Relatório do Banco Central

Após as auditorias na Creditel e na Coopetfes, o Banco Central concluiu que:

1ª
CONCLUSÃO

O ex-governador usou as cooperativas com objetivos políticos e pessoais.

2ª
CONCLUSÃO

As cooperativas não poderiam ter emprestado R\$ 19,6 milhões a Bené. O limite era de R\$ 200 mil.

A Gazeta Ed. de Arte

Cooperativa de Crédito dos Trabalhadores em Empresas Privadas de Telecomunicações (Creditel) e da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da Escola Técnica Federal (Coopetfes) adquiriram depois que o Banco Central (BC) liquidou, há dois anos, as cooperativas.

A Creditel e Coopetfes acabaram fechadas porque teriam sido usadas na campanha eleitoral do ex-governador José Ignácio Ferreira, em 1998. O rombo nas duas cooperativas juntas, segundo o BC, chegou a R\$ 32,5 milhões, e atingiu diretamente a 2.316 associados.

Ex-funcionário da Telest, Roberto Carvalho de Azevedo tem três filhas, de 16, 12 e 10 anos. Aposentado, com 60 anos, ele também é uma das vítimas do fechamento das cooperativas. Ele teve um prejuízo de R\$ 125 mil.

Dois anos depois da desagradável surpresa, ele conta como está a seu cotidiano. “Minha vida está estagnada. Não tenho progresso. Estou de pés e mãos atados. Nossos processos estão parados na Justiça. Não tenho esperança de retorno rápido do dinheiro. Por isso, se precisar, vou vender churrasco na praia. Continuo esperando por justiça”, desabafou Azevedo.

Sem conseguir emprego, ele disse que o dinheiro que tem é para manter suas filhas no colégio e não deixar que elas passem necessidades. “Cortei 50% das minhas despesas e vou alugar parte de minha casa, para aumentar a

Depressão. Sentindo-se traída, Vera Grillo, 55 anos, perdeu R\$ 120 mil, em média. Ela tem um filho com problema psiquiátrico e passa por dificuldades financeiras. “Essas pessoas - os acusados de desviar o dinheiro das cooperativas - não sabem o que é uma mãe implorar cinco horas na fila para comprar um remédio. Tinha esperança de um futuro melhor para meu filho. Agora tenho ressentimento, mágoa. Estou sofrida, amargurada. Já perdi 12 quilos. Entrei em depressão. É uma dor muito grande o sentimento de traição”, relatou a aposentada.

Mesmo sentindo-se sem perspectiva, ela acredita que a situação pode ser revertida. “Sabemos que temos Deus acima de tudo isso. Tenho certeza de que um dia eles - os acusados de desviar o dinheiro das cooperativas - serão julgados pela justiça de Deus”, destacou Vera.

Leilão

Amargando um rombo de R\$ 60 mil, Maria Lúcia Morini, 53 anos, está prestes a perder um apartamento, em Vitória, porque não tem dinheiro para pagar as prestações do imóvel.

“Fiquei mal. Meu apartamento será leiloadado, porque estou inadimplente há três meses. Não tenho dinheiro para pagar a mensalidade. Ele vale R\$ 200 mil, mas no leilão cai para R\$ 45 mil. Já vendi o meu carro e estou andando a pé. É triste a situação”, queixou-se.

Lentidão no processo

Os credores da Creditel e da Coopetfes terão de esperar mais tempo para saber qual será a sentença do processo que tramita na 4ª Vara da Justiça Federal, em Vitória, contra o ex-presidente da Creditel Roberto Fontes Tavares, além de outros diretores, como Wellington Austerlitz Frota, Gizelda Sobral Barbosa, Geminiانو Mendes Santos, Antônio Marcos Amaral e Robson Luiz da Silva Brandão.

A ação penal, de número 9269/9 foi solicitada pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Barros Monteiro, devido às investigações que são feitas em Brasília contra o ex-governador José Ignácio Ferreira. As informações são do advogado que representava

a Creditel, Ilias Cardoso.

“Até quinta-feira, o processo não tinha retornado para a 4ª Vara”, relatou Cardoso. Na ação, Frota, Barbosa, Santos, Amaral e Brandão são acusados de gestão fraudulenta e desvio de verbas. Tavares e Barbosa já tiveram os bens sequestrados pela Justiça.

Segundo Cardoso, não há previsão para a volta dos processos das cooperativas à Justiça Federal. “Essas ações penais contra Ignácio estão se iniciando agora em Brasília e o nosso processo já estava pronto para ser sentenciado, desde maio”, lamentou. Ele acrescentou que o processo das cooperativas foi avocado para que parte das informações fossem anexadas às ações penais do STJ.